



ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, compareceu à sede da **Vara do Trabalho de Itaboraí o Excelentíssimo Senhor JOSÉ NASCIMENTO ARAUJO NETTO, Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região**, acompanhado dos servidores Eduardo Ferreira de Oliveira e Elizabeth Nóbrega Chame, para a **Correição Ordinária** divulgada pela Portaria nº 096-SCR/2017, de 30 de junho de 2017, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, pág. 02, de 03/07/2017. O Desembargador Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Titular da Vara ANDRE CORRÊA FIGUEIRA e pela Diretora de Secretaria Elisângela de Souza Gadelha. Verificado o cumprimento das disposições regimentais, foram iniciados os trabalhos às 09h20min.

I – INFORMAÇÕES GERAIS:

1 – Data de instalação da Vara: 16/01/1989.

2 – Jurisdição Atendida: Município de Itaboraí.

3 – Juiz Titular: O juiz Andre Corrêa Figueira exerce a titularidade da Vara desde 11/06/2012.

4 – Residência e permanência na comarca: O juiz titular possui autorização para residir fora da comarca, concedida pela Resolução Administrativa Nº 04/2014.

5 – Data de Instalação do PJe-JT: O sistema do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho foi instalado na unidade em 17/12/2014.

6 – Percentual de processos eletrônicos: Dados estatísticos extraídos do Sistema e-Gestão revelam que tais feitos já representam 62,52% do acervo da vara.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

7 – Correição nos processos eletrônicos: A análise dos processos eletrônicos para esta Correição foi realizada no âmbito da Corregedoria Regional em 25/08/2017.

8 – Última Correição Ordinária realizada: A última Correição Ordinária na unidade foi realizada em 01/08/2016.

II – CORPO FUNCIONAL:

1 – Juízes que atuaram na Vara nos últimos doze meses (de julho de 2016 a junho de 2017):

Mês	Magistrado	Situação	Motivo
Julho (13/07/2016 a 11/08/2016)	ANDRE CORRÊA FIGUEIRA	Titular	-
	Glaucio Guagliariello	Aux. Exclusivo	-
Agosto (12/08/2016 a 10/09/2016)	ANDRE CORRÊA FIGUEIRA	Titular	-
	Glaucio Guagliariello	Aux. Exclusivo	-
Setembro (12/09/2016 a 11/10/2016)	ANDRE CORRÊA FIGUEIRA	Titular	-
Outubro (13/10/2016 a 11/11/2016)	Glaucio Guagliariello	Titularidade	Férias do titular
Novembro/ Dezembro (14/11/2016 a 19/12/2016)	ANDRE CORRÊA FIGUEIRA	Titular	-
	Glaucio Guagliariello (de 14.11 a 1º.12.2016)	Aux. Exclusivo	-
Janeiro (09/01/2017 a 07/02/2017)	ANDRE CORRÊA FIGUEIRA	Titular	-
Fevereiro (08/02/2017 a 09/03/2017)	ANDRE CORRÊA FIGUEIRA	Titular	-
	Elisabete Natividade de Avila Parente	Aux. Exclusivo	-
Março (10/03/2017 a 08/04/2017)	ANDRE CORRÊA FIGUEIRA	Titular	-
	Elisabete Natividade de Avila Parente	Aux. Exclusivo	-
Abril (10/04/2017 a 09/05/2017)	Elisabete Natividade de Avila Parente	Titularidade	Férias do titular
Maio (10/05/2017 a 08/06/2017)	ANDRE CORRÊA FIGUEIRA	Titular	-
	Elisabete Natividade de Avila Parente	Aux. Exclusivo	-
Junho (09/06/2017 a 08/07/2017)	ANDRE CORRÊA FIGUEIRA	Titular	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

2 – Servidores Lotados na Vara

2.1. Lotação atual:

	Nome do Servidor	Função
1	Elisângela de Souza Gadelha	Diretor de Secretaria
2	Kélen da Costa Saito	Assistente de Diretor
3	Herbeth Pires Silva Diniz	Assistente de Juiz
4	Jorge Targino da Silva Junior	Assistente de Juiz
5	Raquel Lucas Duarte	Secretário de Audiência
6	Alessander Ferreira dos Santos	Secretário de Audiência
7	Marcelo Edgard Couri Vargas	Calculista
8	Gustavo Campos Monerat	Calculista
9	Cintia Ferreira dos Santos Caitano	Assistente
10	Bruno Freitas Lugão	Assistente
11	Valéria Pereira Xavier Paes Faria	Assistente
12	Mario Lúcio Domingues Boucinha	
13	Vivian Orofino de Mattos	
14	Vinício Nogueira Monteiro	
15	Carlos Eduardo Aguiar Quintanilha	

A unidade conta ainda com os executantes de mandado Raphael de Oliveira Almeida e Nelson Ricardo do Couto.

2.2. Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT:

Processos Recebidos – Casos Novos (Média Trienal)	Faixa Processual (Resolução 63/2010)	Lotação (Resolução 63/2010)
3.375	2.501 - ou mais	17 a 18

De acordo com a Resolução CSJT nº 63/2010, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, o número de servidores da Vara do Trabalho não está de acordo com a quantidade prevista na referida norma.

3 – Estagiários:

	Nome do Estagiário	Nível
1	Roger Bernardo Ribeiro	médio
2	Laiane Ferreira da Silva	superior



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

III – CONDIÇÕES MATERIAIS DA VARA

A unidade dispõe de instalações adequadas, com equipamentos que atendem satisfatoriamente aos magistrados e aos servidores.

IV – ATIVIDADES VINCULADAS À GESTÃO DA VARA

1 – Cumprimento dos despachos

1.1. Processos eletrônicos:

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Conhecimento			
Minutar expediente da secretaria	81	RTOOrd 0102664-09.2016.5.01.0451	01/08/2017
Preparar comunicação	666	RTOOrd 0103955-44.2016.5.01.0451	12/01/2017
Publicar DJE	-	-	-
Publicar DJe	-	-	-
Publicar DJe - Con	28	RTOOrd 0102680-60.2016.5.01.0451	24/08/2017
Publicar DJe - Conversão em diligência	-	-	-
Liquidação			
Minutar expediente da secretaria	21	RTOOrd 0011501-79.2015.5.01.0451	02/08/2017
Preparar comunicação	117	RTOOrd 0010612-28.2015.5.01.0451	02/08/2017
Publicar DJE	29	RTOOrd 0011684-50.2015.5.01.0451	24/08/2017
Publicar DJe - Liq	5	RTOOrd 0101508-83.2016.5.01.0451	24/08/2017
Execução			
Minutar expediente da secretaria	15	RTSum 0100668-73.2016.5.01.0451	02/08/2017
Preparar comunicação	87	RTOOrd 0103401-12.2016.5.01.0451	17/08/2017
Publicar DJE	-	-	-
Publicar DJe - Exec	-	-	-

1.2. Processos físicos:

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Preparar comunicação (Expedir mandado, carta precatória, notificação postal e DJe)	195	0002740-64.2012.5.01.0451	08/08/2017
Minutar expediente da secretaria (Expedir alvará e ofício)	98	0012800-77.2004.5.01.0451	08/08/2017
Expedição de certidões	61	0003161-20.2013.5.01.0451	23/03/2017

2 – Certificação de prazo

2.1. Processos eletrônicos:

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Conhecimento			
Aguardando Cumprimento de Providência	-	-	-
Aguardando final do sobrestamento	-	-	-
Aguardando término dos prazos	262	AlvJud 0101483-36.2017.5.01.0451	28/07/2017
Cumprimento de providências	-	-	-
Prazos vencidos	34	RTOOrd 0101851-79.2016.5.01.0451	25/08/2017



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Recebimento de instância superior	11	RTOrd 0010113-44.2015.5.01.0451	23/08/2017
Liquidação			
Cumprimento de Providência - Liq	-	-	-
Aguardando término dos prazos	91	RTSum 0010059-78.2015.5.01.0451	27/07/2017
Prazos vencidos	-	-	-
Execução			
Cumprimento de Providência - Exec	-	-	-
Aguardando término dos prazos	28	CartPrec 0102486-60.2016.5.01.0451	20/07/2017
Prazos vencidos	-	-	-

2.2. Processos físicos:

Processo	Certificação do prazo em até 60 dias do vencimento
0002819-72.2014.5.01.0451	Certificado no prazo
0002520-66.2012.5.01.0451	Certificado no prazo
0218600-15.1998.5.01.0451	Certificado no prazo
0002052-68.2013.5.01.0451	Certificado no prazo
0198600-76.2007.5.01.0451	Certificado no prazo
0002507-33.2013.5.01.0451	Certificado no prazo
0000752-71.2013.5.01.0451	Certificado no prazo
0000629-39.2014.5.01.0451	Certificado no prazo
0001517-08.2014.5.01.0451	Certificado no prazo
0001447-88.2014.5.01.0451	Certificado no prazo

3 – Abertura de conclusão

3.1. Processos eletrônicos:

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Concluído ao magistrado	-	-	-
Concluído ao magistrado - ConPra	-	-	-
Concluído ao magistrado - Liq	-	-	-
Concluído ao magistrado - Exec	-	-	-

3.2. Prazos para abertura de conclusão:

Processo	Tipo	Prazo
0101992-98.2016.5.01.0451	Sentença	imediatamente
0101122-53.2016.5.01.0451	Sentença	1 dia
0103746-75.2016.5.01.0451	Sentença	1 dia
0001959-08.2013.5.01.0451	Embargos à Execução	30 dias após o decurso do prazo
0001341-63.2013.5.01.0451	Embargos à Execução	21 dias após juntada da impugnação no sistema, 35 dias nos autos
0193400-59.2005.5.01.0451	Embargos à Execução	20 dias após recebimento da impugnação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

4 – Remessa de autos ao TRT

4.1. Processos eletrônicos:

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Remeter ao 2o Grau	-	-	-
Remeter ao 2o grau - registrar pagamentos	17	RTOOrd 0100441-83.2016.5.01.0451	18/08/2017

4.2. Processos físicos: Não há processos físicos aguardando remessa ao TRT.

4.3. Juízo de admissibilidade (Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da CGJT)

Pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos:

Processo	Situação
0101992-98.2016.5.01.0451	Há pronunciamento explícito
0101282-78.2016.5.01.0451	Há pronunciamento explícito
0101122-53.2016.5.01.0451	Há pronunciamento explícito
0012839-88.2015.5.01.0451	Há pronunciamento explícito (AP)
0011122-41.2015.5.01.0451	Há pronunciamento explícito (AP)

5 – Triagem inicial nos processos eletrônicos

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Triagem Inicial	707	RTOOrd 0100308-07.2017.5.01.0451	04/02/2017
Triagem Inicial - Apreciar urgentes	7	RTOOrd 0101814-18.2017.5.01.0451	23/08/2017
Triagem Inicial - Parte com procuradoria	1	RTOOrd 0101815-03.2017.5.01.0451	23/08/2017
Triagem Inicial - Parte sem CPF ou CNPJ	3	RTOOrd 0101808-11.2017.5.01.0451	22/08/2017

6 – Registros dos atos processuais nos sistemas (Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso V, b e f, da Consolidação dos Provimentos da CGJT)

Processo	Situação
0100334-39.2016.5.01.0451	Fase processual registrada corretamente Conclusão registrada corretamente Sentença homologatória registrada corretamente
0013250-34.2015.5.01.0451	Fase processual registrada corretamente Conclusão registrada corretamente Sentença homologatória registrada corretamente
0010404-44.2015.5.01.0451	Fase processual registrada corretamente Conclusão registrada corretamente Sentença homologatória registrada corretamente
0001959-08.2013.5.01.0451	Fase processual registrada corretamente Conclusão registrada 21 dias após a juntada da contestação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

Processo	Situação
	Decisão dos embargos à execução registrada corretamente
0001959-08.2013.5.01.0451	Fase processual registrada corretamente Conclusão registrada 21 dias após a juntada da contestação Decisão dos embargos à execução registrada corretamente
0193400-59.2005.5.01.0451	Fase processual registrada corretamente Conclusão registrada na mesma data em que proferida a decisão, 20 dias após recebimento da contestação Decisão dos embargos à execução registrada corretamente

7 – Cálculos

7.1. Processos eletrônicos:

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Aguardando cálculo - Contadoria	4	RTOrd 0101814-52.2016.5.01.0451	22/08/2017
Análise de Liquidação (Calculista)	49	RTOrd 0103099-80.2016.5.01.0451	24/07/2017
Aguardando cálculo - Contadoria	6	RTSum 0102526-42.2016.5.01.0451	22/08/2017
Total	59	-	-

7.2. Processos físicos:

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Calculistas	79	0001704-21.2011.5.01.0451	20/07/2017

7.3. Juriscalc / PJe-Calc:

Processo	Sistema
0010136-87.2015.5.01.0451	Juriscalc
0010660-84.2015.5.01.0451	Juriscalc
0012946-35.2015.5.01.0451	Juriscalc
0011056-61.2015.5.01.0451	Juriscalc
0010136-87.2015.5.01.0451	Juriscalc

8 – Ouvidoria: Segundo informações da Ouvidoria, entre 01º de janeiro e 30 de junho deste ano, foram recebidas 02 manifestações categorizadas como reclamações, ambas solucionadas.

A Ouvidoria informou, ainda, que há um elogio registrado durante o período citado.

9 – Cumprimento dos mandados: Não há processos em atraso em poder dos Oficiais de Justiça (há mais de trinta dias). Há, conforme boletim estatístico de 30/06, 135 mandados em poder do Executante Raphael de Oliveira Almeida e 14 mandados em poder do Executante e Nelson Ricardo do Couto.



V – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

1 – Litigiosidade

1.1. Acervo processual

a) Dados apurados (Fonte: Sistema e-Gestão):

Período	Origem	Processos Pendentes de Finalização				TOTAL
		Conhecimento	Liquidação	Execução	Cartas Precatórias e de Ordem	
Julho/2016	Legado	1.670	477	1.717	126	3.990
	PJe	3.454	192	150	119	3.915
	Total	5.124	669	1.867	245	7.905
Junho/2017	Legado	671	640	1.980	126	3.417
	PJe	4.722	457	411	111	5.701
	Total	5.393	1.097	2.391	237	9.118

b) Análise: O quantitativo de processos pendentes de finalização na unidade apresentou **aumento** no período analisado. O índice de majoração do acervo no período compreendido entre julho de 2016 e junho de 2017 foi de **15,34%**, demonstrando resultado insatisfatório frente à média de toda a 1ª Região no mesmo período (aumento 3,33%).

Em **junho** de 2017, a unidade apresenta o **2º maior** estoque das Varas de todo o TRT da 1ª Região e o **1º maior** estoque, dentre as 17 (dezessete) Varas que integram a 2ª Circunscrição (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Rio Bonito).

1.2. Fase de Conhecimento

1.2.1. Dados estatísticos (Fonte: Sistema e-Gestão)

a) Dados apurados:

Período	Origem	Processos Recebidos	Processos Solucionados	Processos Pendentes de Solução
2015	Legado	29	1.291	406
	PJe	3.095	1.237	1.849
	Total	3.124	2.528	2.255



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

Período	Origem	Processos Recebidos	Processos Solucionados	Processos Pendentes de Solução
2016	Legado	9	297	115
	PJe	3.922	2.678	3.107
	Total	3.931	2.975	3.222
2017 (até junho)	Legado	6	13	90
	PJe	1.540	1.393	3.258
	Total	1.546	1.406	3.348

(Item de exame e registro obrigatório – artigo 26, inciso IV, da Consolidação dos Provimentos da CGJT).

b) Análise: O número total de processos recebidos **aumentou** de **3.124** em 2015 (média mensal de 260,33 processos) para **3.931** processos em 2016 (média mensal de 327,58 processos). Até junho de 2017 haviam sido recebidos **1.546** processos (média mensal de 257,67 processos).

Em junho de 2017, o total de processos pendentes de solução na unidade está **acima** da média apurada em todas as Varas do TRT/RJ (média de **1.549,84** processos), sendo a unidade que apresenta o **2º maior** estoque de processos pendentes de solução das Varas de todo o TRT da 1ª Região e o **1º maior** estoque, dentre as 17 (dezessete) Varas que integram a 2ª Circunscrição (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Rio Bonito).

1.2.2. Taxa de congestionamento

a) Dados apurados:

Taxa de Congestionamento - Fase de Conhecimento	
2015	47,18%
2016	52,09%

b) Análise: Do total de **6.186** processos pendentes de solução na fase de conhecimento ao longo de 2016 (pendentes do período anterior + casos novos do período), restaram **3.222** processos nesta situação no final do ano.

A taxa de congestionamento da unidade em 2016 está **6,68** pontos percentuais **acima** do índice apurado na 1ª Região (**45,41%**).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

1.3. Fase de Liquidação

1.3.1. Dados estatísticos (Fonte: Sistema e-Gestão)

a) Dados apurados:

Período	Origem	LIQUIDAÇÕES		
		Iniciadas	Encerradas	Pendentes
2015	Legado	120	192	240
	PJe	55	11	24
	Total	175	203	264
2016	Legado	206	151	253
	PJe	450	105	271
	Total	656	256	524
2017 (até junho)	Legado	320	251	306
	PJe	300	182	363
	Total	620	433	669

b) Análise: O número total de processos com liquidação iniciada **aumentou** de **175** em 2015 (média mensal de 14,58 processos) para **656** em 2016 (média mensal de 54,67 processos). Até junho de 2017, **620** processos tiveram início da fase de liquidação, demonstrando **aumento** da média mensal de liquidações iniciadas (média mensal de 103,33 processos).

Em junho de 2017, o saldo da unidade está **acima** da média apurada em todas as Varas do TRT/RJ (média de **309,01** processos), sendo a unidade que apresenta o **5º maior** estoque de processos pendentes de liquidação das Varas de todo o TRT da 1ª Região e o **1º maior** estoque, dentre as 17 (dezessete) Varas que integram a 2ª Circunscrição (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Rio Bonito).

1.3.2. Taxa de congestionamento

a) Dados apurados:

Taxa de Congestionamento - Fase de Liquidação	
2015	49,81%
2016	56,96%

b) Análise: Do total de **920** processos em trâmite na fase de liquidação em 2016, restaram **524** processos pendentes de liquidação ao final do ano.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

Em 2016, a taxa de congestionamento na fase de liquidação apresentou **aumento** de **7,15** pontos percentuais em relação ao ano de 2015, estando **19,46** pontos percentuais **acima** da taxa da 1ª Região (**37,50%**).

1.4. Fase de Execução

1.4.1. Dados estatísticos (Fonte: Sistema e-Gestão)

a) Dados apurados:

Período	Origem	EXECUÇÕES			
		Iniciadas	Encerradas	Arquivadas Provisoriamente	Pendentes
2015	Legado	487	46	16	2.336
	PJe	38	0	0	30
	Total	525	46	16	2.366
2016	Legado	415	570	173	1.814
	PJe	272	19	0	271
	Total	687	589	173	2.085
2017 (até junho)	Legado	460	251	2	1.979
	PJe	178	5	0	411
	Total	638	256	2	2.390

b) Análise: O número total de processos com execução iniciada **aumentou** de **525** em 2015 (média mensal de 43,75 processos) para **687** em 2016 (média mensal de 57,25 processos). Até junho de 2017, **638** processos tiveram início da fase de execução, demonstrando **aumento** da média mensal de execuções iniciadas (média mensal de 106,33 processos).

Em junho de 2017, o total de processos em execução na unidade está **acima** da média apurada em todas as Varas do TRT/RJ (média de **1.468,68** processos), sendo a unidade que apresenta o **12º maior** estoque de processos em execução das Varas de todo o TRT da 1ª Região e o **7º maior** estoque, dentre as 17 (dezessete) Varas que integram a 2ª Circunscrição (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Rio Bonito).

1.4.2. Taxa de congestionamento

a) Dados apurados:

Taxa de Congestionamento - Fase de Execução	
2015	90,90%
2016	68,29%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

b) Análise: Do total de **3.053** processos em trâmite na fase de execução ao longo de 2016, restaram **2.085** processos pendentes de execução ao final do ano.

Em 2016, a taxa de congestionamento na fase de execução apresentou **redução** de **22,60** pontos percentuais em relação ao ano de 2015, estando **abaixo** do índice da 1ª Região (**72,41%**).

1.5. Cartas Precatórias

a) Dados apurados (Fonte: Sistema e-Gestão):

Período	Origem	Cartas Precatórias		
		Recebidas	Devolvidas	Pendentes de Devolução
2016	Legado	3	11	127
	PJe	333	314	110
	Total	336	325	237
2017 (até junho)	Legado	1	2	126
	PJe	71	69	111
	Total	72	71	237

b) Análise: Em junho de 2017, a unidade apresenta o **2º maior** acervo de Cartas Precatórias pendentes de devolução no TRT da 1ª Região e o **1º maior** acervo, dentre as 17 (dezessete) Varas que integram a 2ª Circunscrição (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Rio Bonito).

1.6. Incidentes Processuais

a) Dados apurados (Fonte: Sistema e-Gestão):

Foram relacionados os dados obtidos nos últimos doze meses (de julho de 2016 a junho de 2017):

TIPO	Recebidos			Baixados			Pendentes		
	Legado	PJe	Total	Legado	PJe	Total	Legado	PJe	Total
Impugnações à Sent. de Liquidação	8	6	14	10	2	12	3	7	10
Embargos à Execução	71	7	78	92	2	94	41	5	46
Embargos à Arrematação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	6	0	6	9	0	9	16	1	17

(Item de exame e registro obrigatório – artigo 26, inciso IV, da Consolidação dos Provimentos da CGJT).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

b) Análise: O quantitativo de **Exceções de Pré-Executividade** pendentes de solução afigurou-se preocupante, considerando o volume de incidentes desses tipos recebidos no período.

2 – Audiências

2.1. Periodicidade (Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT): A unidade realiza pautas de segunda a quinta-feira.

2.2. Composição das pautas: Segundo informações da Diretora de Secretaria e dados apurados na unidade, as pautas são assim compostas:

Dia	Período	RTSum	RTOrd	Prosseg	Conciliaç	Total
Segunda	Manhã	05	10	03	-	18
	Tarde	05	10	03	-	18
Terça	Manhã	-	-	-	-	-
	Tarde	05	10	03	-	18
Quarta	Manhã	05	10	03	-	18
	Tarde	05	10	03	-	18
Quinta	Manhã	05	10	03	-	18
	Tarde	-	-	-	-	-
Sexta	Manhã	-	-	-	-	-
	Tarde	-	-	-	-	-
Total Semanal		30	60	18	-	108

Verificou-se, ainda, que as pautas de segundas e terças-feiras são destinadas ao Juiz Titular e as pautas de quartas e quintas-feiras ao Juiz do Trabalho Substituto que atua no auxílio exclusivo (Item modificado por determinação do Excelentíssimo Senhor Corregedor, em razão de requerimento do Juízo).

A Diretora informa que as pautas de conciliação são marcadas às terças e quintas-feiras, em horários extras, de acordo com a necessidade, podendo chegar a 10 processos a mais na pauta do dia determinado.

2.3. Marcação de pauta (Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso IV, da Consolidação dos Provimentos da CGJT): Há pauta disponível para processos do rito ordinário, do rito sumaríssimo, instruções e Conciliação para:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

Tipo	Data
Inicial	08/08/2018
Una	29/01/2018
Instrução	03/07/2018
Conciliação	10 dias

2.4. Processos aguardando inclusão em pauta

2.4.1. Processos eletrônicos:

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Aguardando audiência (MARCAR PAUTA)	3	RTOrd 0102850-32.2016.5.01.0451	22/08/2017

2.4.2. Processos físicos:

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Iniciais	-	-	-
Instrução	-	-	-
Conciliação	5	0002924-54.2011.5.01.0451	25/08/2017
Total	5	-	-

2.5. Audiências realizadas (Fonte: Sistema e-Gestão)

a) Dados apurados:

Período	Origem	AUDIÊNCIAS REALIZADAS					TOTAL
		Inicial	Instrução	Una	Conciliação- Conhecimento	* Conciliação- Execução	
2015	Legado	218	335	0	3	158	1.914
	PJe	882	120	484	187	8	1.681
	Total	1.100	455	1.684	190	166	3.595
2016	Legado	47	226	84	4	75	436
	PJe	398	436	1.354	1.241	39	3.468
	Total	445	662	1.438	1.245	114	3.904
2017 (até junho)	Legado	0	15	0	0	36	51
	PJe	0	247	1.512	40	56	1.855
	Total	0	262	1.512	40	92	1.906

*(Item de exame e registro obrigatório – artigo 26, inciso IV, da Consolidação dos Provimentos da CGJT).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

b) Análise: Em 2015 foram realizadas **3.595** audiências (média mensal de 299,58 audiências), quantitativo que sofreu **majoração** em 2016, período em que foram realizadas **3.904** audiências (média mensal de 325,33 audiências). Até junho de 2017, foram realizadas **1.906** audiências, demonstrando **redução** da média mensal de audiências realizadas (317,67 audiências).

Em junho de 2017, o quantitativo de audiências realizadas na unidade está **acima** da média apurada em todas as Varas do TRT/RJ (média mensal de **1.383,52** audiências), posicionando a Vara na **7ª** colocação na apuração da variável “Audiências Realizadas” no TRT da 1ª Região e na **1ª** colocação, dentre as 17 (dezesete) Varas que integram a 2ª Circunscrição (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Rio Bonito).

3 – Prazo médio

3.1 – Prazo médio do ajuizamento da ação até a 1ª sessão de audiência (Fonte: Sistema e-Gestão)

a) Dados apurados:

Período	Origem	Prazo Médio (em dias)
2016	Legado	501,7
	PJe	199,0
	Total	202,2
2017 (até junho)	Legado	-
	PJe	265,7
	Total	265,7

b) Análise: Em 2016 a unidade apresenta o **18º maior** prazo, na apuração da variável “Prazo médio – do ajuizamento da ação até a 1ª sessão de audiência” do TRT da 1ª Região. Em junho de 2017, a unidade apresenta o **5º maior** prazo, na apuração da mesma variável.

3.2 – Prazo médio do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução (Fonte: Sistema e-Gestão)

a) Dados apurados:

Período	Origem	Prazo Médio (em dias)
2016	Legado	1.054,8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

Período	Origem	Prazo Médio (em dias)
	PJe	204,6
	Total	350,1
2017 (até junho)	Legado	1.124,8
	PJe	302,4
	Total	313,1

b) Análise: Em 2016 a unidade apresenta o **24º maior** prazo, na apuração da variável “Prazo médio – do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução” do TRT da 1ª Região. Em junho de 2017, a unidade apresenta o **47º maior** prazo, na apuração da mesma variável.

3.3 – Prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença (Fonte: Sistema e-Gestão)

a) Dados apurados:

Período	Origem	Prazo Médio (em dias)
2016	Legado	821,9
	PJe	211,3
	Total	268,7
2017 (até junho)	Legado	535,7
	PJe	299,6
	Total	301,3

b) Análise: Em 2016 a unidade apresenta o **68º maior** prazo, na apuração da variável “Prazo médio – do ajuizamento da ação até a prolação da sentença” do TRT da 1ª Região. Em junho de 2017, a unidade apresenta o **54º maior** prazo, na apuração da mesma variável.

VI – ARRECADAÇÃO (Fonte: Sistema e-Gestão)

a) Dados apurados:

Período	Origem	Valores arrecadados (em Reais)				
		Custas Processuais	Emolumentos	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	TOTAL
2016	Legado	97.626,04	868,21	592.823,83	29.315,97	720.634,05



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

Período	Origem	Valores arrecadados (em Reais)				TOTAL
		Custas Processuais	Emolumentos	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	
	PJe	58.829,99	0,00	47.215,30	405,42	106.450,71
	Total	156.456,03	868,21	640.039,13	29.721,39	827.084,76
2017 (até junho)	Legado	29.826,55	248,85	416.465,80	15.989,57	462.530,77
	PJe	17.677,36	0,00	218,33	0,00	17.895,69
	Total	47.503,91	248,85	416.684,13	15.989,57	480.426,46

b) Análise: A média de valores arrecadados nas Varas do Trabalho da 1ª Região importou em R\$ 2.725.662,24 em 2016 e em R\$ 1.370.243,18 em 2017. Constata-se, portanto, que os valores arrecadados pela unidade estão **abaixo** da média em 2016 e em 2017.

VII – METAS DO CNJ DIRECIONADAS ÀS VARAS

1 – Metas de 2016

1.1. Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016”.

a) Dados apurados: Em 2016, a unidade recebeu **3.931** casos novos e julgou **2.975** processos de conhecimento. A meta seria atingida se o grau de cumprimento fosse superior a 100%. A unidade atingiu o percentual de **75,68%**.

b) Resultado: Meta **não** cumprida.

1.2. Meta 2: “Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014”.

a) Dados apurados: A listagem dos processos pode ser consultada na página da intranet da Divisão de Monitoramento da Corregedoria – DIMON, para as ações a serem implementadas, no sentido de dar cumprimento ao objetivo de julgar as demandas mais antigas da unidade. De acordo com dados estatísticos extraídos do sistema e-Gestão, no mês de dezembro de 2014 a unidade possuía **1.656** processos afetos à Meta. Em dezembro de 2016 verifica-se que a unidade possuía **116** processos, apresentando redução de **92,99%**.

b) Resultado: Meta cumprida.

1.3. Meta 3: “Aumentar o índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais.”



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

a) Dados apurados: A meta da Vara para 2016 era a de chegar ao índice de **40,8%** de conciliações em relação ao total de processos solucionados. Pelo relatório de dezembro de 2016 do e-Gestão a unidade alcançou o percentual de **26,6%**, ou seja, **790** acordos homologados dos **2.975** processos solucionados.

b) Resultado: Meta **não** cumprida.

1.4. Meta 5: *“Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”.*

a) Dados apurados: Em 2016, a unidade iniciou **687** execuções e encerrou **589**, apresentando índice de cumprimento de **85,74%**, **inferior**, portanto, àquele fixado na meta 5 de 2016.

b) Resultado: Meta **não** cumprida.

2 – Metas de 2017

2.1. Meta 1: *“Julgar o equivalente a 90% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente”.*

a) Dados apurados: conquanto a avaliação do cumprimento da meta somente possa ser feita no final do ano, analisando-se os dados extraídos do sistema e-Gestão referentes a **junho** de 2017, verifica-se que a Vara recebeu **1.546** processos e solucionou **1.406**, apresentando índice de cumprimento de **90,94%**, **superior**, portanto, àquele fixado na meta 1 de 2017.

b) Cumprimento: a Vara poderá acompanhar mensalmente no site do Tribunal, em Transparência / Dados das Varas / Meta 1, sua produtividade, comparada ao número de processos distribuídos no período, para zelar pelo atingimento do objetivo até o fim do ano.

2.2. Meta 2: *“Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015.”*

a) Dados apurados: da mesma forma, a avaliação do cumprimento da meta somente poderá ser feita no final do ano. De acordo com dados estatísticos extraídos do sistema e-Gestão do mês de dezembro de 2015, a unidade possuía **2.224** processos afetos à meta. De acordo com dados estatísticos do mês de **junho**, verifica-se que remanescem **412** processos que se incluem na meta, o que representa redução de **81,47%** do estoque inicial.

b) Cumprimento: a lista dos processos afetos à meta, por Vara, pode ser consultada na página da intranet da Divisão de Monitoramento da Corregedoria – DIMON, para as ações a serem implementadas no sentido de dar cumprimento ao objetivo de julgar as demandas mais antigas da unidade. Os



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

números dos processos pendentes de decisão na Vara, em ordem cronológica de distribuição, também estão disponíveis no “Relatório de acompanhamento e-Gestão – Vara”.

2.3. Meta 3: *“Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais (relativizados a cada Vara, conforme ofício DIMON 14/2017), excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento, e com fixação de cláusula de barreira de 54%”.*

a) Dados apurados: conquanto a avaliação do cumprimento da meta somente possa ser feita no final do ano, analisando-se os dados extraídos do sistema e-Gestão referentes a **junho** de 2017, verifica-se que a Vara solucionou **1.180** processos, sendo **384** por acordo, apresentando índice de conciliação de **32,5%, inferior**, portanto, àquele definido para a Vara de **49,8%** em razão de seu histórico de conciliações e o percentual estabelecido para alcance da meta 3 de 2017 pelo Tribunal (**45,4%**).

b) Cumprimento: a Vara poderá acompanhar mensalmente no site do Tribunal, em Transparência / Dados das Varas / Meta 3, seu percentual de conciliação, para zelar pelo atingimento do objetivo até o fim do ano.

2.4. Meta 5: *“Baixar 90% do total de casos novos de execução do ano corrente.”*

a) Dados apurados: da mesma forma, a avaliação do cumprimento da meta somente poderá ser feita no final do ano. De acordo com dados extraídos do sistema e-Gestão referentes a **junho** de 2017, verifica-se que a Vara iniciou **638** execuções e encerrou **256**, apresentando índice de cumprimento de **40,13%, inferior**, portanto, àquele fixado na meta 5 de 2017.

b) Cumprimento: a Vara poderá acompanhar mensalmente no site do Tribunal, em Transparência / Dados das Varas / Meta 5, suas execuções iniciadas e baixadas no período, para zelar pelo atingimento do objetivo até o fim do ano. Os números dos processos pendentes de execução na Vara, em ordem cronológica de distribuição, estão disponíveis no “Relatório de acompanhamento e-Gestão – Vara”.

2.5. Meta 6: *“Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014”.*

a) Dados apurados: conquanto a avaliação do cumprimento da meta somente possa ser feita no final do ano, analisando-se os dados extraídos do sistema e-Gestão e filtrados pela SDE referentes à meta, verifica-se que no mês de dezembro de 2014, a unidade possuía **11** processos afetos à meta. De acordo com dados estatísticos do mês de **junho** de 2017, verifica-se que remanescem **2** processos que se incluem na meta, o que representa redução de **81,81%** do estoque inicial.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

b) Cumprimento: a lista das ações coletivas ainda pendentes de solução, por Vara, pode ser consultada na página da intranet da Divisão de Monitoramento da Corregedoria – DIMON, para adoção de providências específicas no sentido de dar cumprimento ao objetivo de julgar as demandas mais antigas da unidade afetas à meta 6.

2.6. Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

a) Dados apurados: de acordo com dados extraídos dos sistemas processuais e filtrados pela SDE referentes à meta, foram identificadas as seguintes reclamadas no rol das que figuraram mais vezes no polo passivo das reclamações em trâmite no Tribunal em 2016: Itaú Unibanco; Via Varejo S.A.; Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE; Bequest Central de Serviços Ltda; Serviços de Rede S.A. – SEREDE; Banco Santander (BRASIL) S.A.; Banco Bradesco S.A.; Caixa Econômica Federal – CEF; Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS; Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Verifica-se que no mês de dezembro de 2016, a unidade possuía **82** processos afetos à meta. De acordo com dados estatísticos do mês de **junho** de 2017, verifica-se que há **73** processos que se incluem na meta, o que representa redução/aumento de **10,97%** do estoque inicial.

b) Cumprimento: a listagem dos processos dos 10 maiores litigantes ainda pendentes de solução, por Vara, pode ser consultada na página da intranet da Divisão de Monitoramento da Corregedoria – DIMON, para as ações a serem implementadas no sentido de dar cumprimento ao objetivo de reduzir o passivo identificado na unidade.

VIII – TAXA DE RECORRIBILIDADE (Fonte: Sistema e-Gestão)

1 – Externa: Indica o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho em relação ao número de sentenças que põem fim à relação processual de conhecimento com ou sem análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção do processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação e de arquivamento, bem como em relação ao número de decisões proferidas na fase de execução, abrangendo as decisões proferidas nos incidentes processuais interpostos nesta fase.

Em 2017, a taxa de recorribilidade externa da unidade foi de **48,70%**, inferior à média da 1ª Região, que foi de **49,05%**.

2 – Interna: Indica o número de recursos de embargos de declaração opostos no 1º Grau em relação ao número de decisões proferidas.

Em 2017, a taxa de recorribilidade interna da unidade foi de **20,60%**, superior à média da 1ª Região, que foi de **19,45%**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

IX – DESEMPENHO DO JUIZ

1 – Produtividade (Fonte: Sistema e-Gestão)

Foram apurados os dados produzidos na unidade, relativos aos juízes que atuaram na Vara nos últimos doze meses (de julho de 2016 a junho de 2017).

1.1. Processos Solucionados:

JUIZ	Origem	Processos Solucionados com Exame do Mérito						TOTAL
		Acordo	Procedente	Procedente em parte	Improcedente	Extinto	Outras Decisões	
Andre Corrêa Figueira	Legado	7	3	23	28	0	2	63
	PJe	482	7	578	242	3	0	1.312
	Total	489	10	601	270	3	2	1.375
Glaucio Guagliariello	Legado	15	1	33	9	0	0	58
	PJe	136	5	172	24	0	0	337
	Total	151	6	205	33	0	0	395
Elisabete Natividade de Avila Parente	Legado	0	0	0	1	0	0	1
	PJe	152	27	167	39	3	0	388
	Total	152	27	167	40	3	0	389

JUIZ	Origem	Processos Solucionados sem Exame do Mérito				TOTAL
		Extinto	Arquivamento	Desistência	Outras Decisões	
Andre Corrêa Figueira	Legado	5	2	0	2	9
	PJe	174	280	86	2	542
	Total	179	282	86	4	551
Glaucio Guagliariello	Legado	3	1	0	1	5
	PJe	23	60	14	0	97
	Total	26	61	14	1	102
Elisabete Natividade de Avila Parente	Legado	0	0	0	0	0
	PJe	9	67	11	0	87
	Total	9	67	11	0	87



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

1.2. Audiências realizadas:

JUIZ	Origem	Audiências Realizadas				TOTAL
		Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Andre Corrêa Figueira	Legado	6	59	9	49	123
	PJe	0	243	1.484	396	2.123
	Total	6	302	1.493	445	2.246
Glaucio Guagliariello	Legado	7	45	9	14	75
	PJe	6	87	283	294	670
	Total	13	132	292	308	745
Elisabete Natividade de Avila Parente	Legado	0	11	0	9	20
	PJe	0	113	597	43	753
	Total	0	124	597	52	773

1.3. Sentenças em atraso (Art. 23, IV, Consolidação dos Provimentos da CGJT): De acordo com dados extraídos do relatório do e-Gestão de **junho** de 2017, **1** processo se encontra concluso para sentença com prazo vencido em nome da juíza **Rebeca Cruz Queiroz** (processos nº 0011749-45.2015.5.01.0451).

2 – Despachos:

2.1. Processos eletrônicos:

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Conhecimento			
Analisar Despacho	14	RTOrd 0102088-16.2016.5.01.0451	24/08/2017
Analisar Despacho - Conversão em diligência	1	RTOrd 0102923-04.2016.5.01.0451	25/08/2017
Minutar Despacho	18	RTAlç 0100107-15.2017.5.01.0451	08/08/2017
Liquidação			
Analisar Despacho - Liq	4	RTOrd 0013280-69.2015.5.01.0451	22/08/2017
Minutar Despacho - Liq	1	RTOrd 0100803-85.2016.5.01.0451	25/08/2017
Execução			
Analisar Despacho - Exec	20	RTOrd 0100021-78.2016.5.01.0451	25/08/2017
Minutar Despacho - Exec	2	RTOrd 0010296-15.2015.5.01.0451	25/08/2017
Total	60	-	-

2.2. Processos físicos:

Tarefa	Quant de Processos	Mais Antigo	Data
Petições com autos localizados	230	0003203-35.2014.5.01.0451	02/08/2017
Petições aguardando localização	2	0002098-28.2011.5.01.0451	23/08/2017
Petições de processos fora da Vara	-	-	-
Total	232	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

3 – Assiduidade (Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT): Da análise das pautas nos meses de março, maio e junho, escolhidos aleatoriamente, constata-se que não foram realizadas as dos dias 29 e 30 de março, 8, 9 e 13 de maio e 28 e 29 de junho. Verificou-se ainda que, no mês de abril (férias do titular), não foram realizadas as pautas dos dias 10, 11, 17, 18, 24 e 25. A Diretora informou que nos dias 29 e 30 de março foi realizado o Fórum de Gestão Judiciária; nos dias 8 e 9 de maio, o Juiz titular se encontrava de férias; o dia 13 de maio foi sábado; e os dias 28 e 29 de junho eram dias de pauta da juíza substituta, que se encontrava de férias (Item modificado por determinação do Excelentíssimo Senhor Corregedor, em razão de requerimento do Juízo).

Segundo informações da Diretora de Secretaria, o juiz titular comparece à sede do juízo nos dias de audiência, colocando-se à disposição para atendimento nos demais dias.

4 – Sentenças Líquidas: O juiz Andre Corrêa Figueira não proferiu sentenças líquidas nos seguintes processos submetidos ao rito sumaríssimo.

Analisados os processos:

RTSum 0103515-48.2016.5.01.0451

RTSum 0103516-33.2016.5.01.0451

RTSum 0103575-21.2016.5.01.0451

A Juíza Elisabete Natividade de Avila Parente não proferiu sentenças líquidas nos seguintes processos submetidos ao rito sumaríssimo:

RTSum 0102914-42.2016.5.01.0451

RTSum 0103271-22.2016.5.01.0451

RTSum 0102332-42.2016.5.01.0451

A Juíza Mariana Oliveira Neves Ramos não proferiu sentenças líquidas no seguinte processo submetido ao rito sumaríssimo:

RTSum 0100000-05.2016.5.01.0451

X – ROTINAS

1 – Liberação de depósito recursal (Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso V, d, da Consolidação dos Provimentos da CGJT): Há eventual liberação do depósito recursal em favor do reclamante, quando o valor do crédito trabalhista é inequivocamente superior ao do mencionado depósito, se houver requerimento da parte.

Analisados os processos:

0000282-06.2014.5.01.0451 – a pedido da parte (fls. 289)

2 – Desconsideração da personalidade jurídica (Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso V, g, da Consolidação dos Provimentos da CGJT): No caso de desconsideração da personalidade jurídica, o juízo ordena a citação do sócio por meio de decisão fundamentada, para que, no prazo de 15 dias, indique bens da sociedade (art. 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo à via dos embargos à execução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência da sua responsabilidade executiva secundária.

0011122-41.2015.5.01.0451 (na forma do art. 878 da CLT, corroborada pela Resolução nº 203/2016 do TST)

0011056-61.2015.5.01.0451 (na forma do art. 878 da CLT, corroborada pela Resolução nº 203/2016 do TST)

0012946-35.2015.5.01.0451 (na forma do art. 878 da CLT, corroborada pela Resolução nº 203/2016 do TST)

3 – Iniciativas na execução

3.1. Convênios (Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso V, a, da Consolidação dos Provimentos da CGJT): São utilizados os sistemas BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA.

Processo	Convênio Utilizado
0011056-61.2015.5.01.0451	BACEN JUD / JUCERJA
0012520-23.2015.5.01.0451	BACEN JUD / INFOJUD / RENAJUD
0010346-41.2015.5.01.0451	BACEN JUD / INFOJUD / RENAJUD
0013011-30.2015.5.01.0451	BACEN JUD / INFOJUD / RENAJUD
0013250-34.2015.5.01.0451	BACEN JUD / INFOJUD / JUCERJA
0002507-33.2013.5.01.0451	BACEN JUD / INFOJUD / RENAJUD / JUCERJA

3.2. Uso regular do BACEN JUD (Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso V, c, e artigo 23, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT): A unidade observa a obrigatória utilização, de ofício, como determina o Conselho Nacional de Justiça, realizando bloqueios quinzenalmente.

Verifica-se que, nos seis últimos meses, foram realizados 657 acessos ao sistema. Verifica-se, ainda, a existência de 90 processos aguardando efetivação do procedimento, datando o despacho mais antigo de 10/07/2017, processo nº 0003261-72.2013.5.01.0451.

XI – CONDUITAS LOUVÁVEIS

Merecem registro:

- O julgamento de 2.975 processos de conhecimento, embora a unidade não tenha alcançado os objetivos fixados na Meta 01/2016 do CNJ.
- O alcance dos objetivos fixados pela Meta 02/2016 do CNJ, com julgamento de 92,99% dos processos distribuídos até 31/12/2014.
- O significativo número de acessos ao Sistema BACEN JUD.
- O empenho dos magistrados e servidores da unidade em manter os serviços em prazo razoável, considerando a numerosa distribuição de feitos.

XII – OBSERVAÇÕES PONTUAIS

Não houve registro de outras observações.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

XIII – GRUPO DE APOIO

A Diretora de Secretaria informou à Corregedoria que há 550 processos aguardando arquivamento e 61 processos aguardando expedição de certidão de crédito trabalhista. Consignou que, neste momento, a Secretaria não possui meios de absorver tal passivo, sem prejuízo das demais tarefas, devido ao reduzido número de servidores lotados na secretaria (Item modificado por determinação do Excelentíssimo Senhor Corregedor, em razão de requerimento do Juízo).

Diante do que foi verificado, fica caracterizada a necessidade de atuação pontual do GRACO para arquivamento e para expedição de certidão de crédito trabalhista, comprometendo-se a Corregedoria a enviar o grupo tão logo seja possível, respeitando-se os compromissos já agendados.

XIV – RECLAMAÇÕES E ELOGIOS

A equipe que participou da Correição Ordinária foi procurada pelo advogado Marcelo Gomes Cruz, OAB 53720/RJ, Presidente da Associação Fluminense de Advogados Trabalhistas (AFAT), que destacou a importância da criação de uma segunda Vara do Trabalho em Itaboraí, ante o grande volume de processos distribuídos na unidade.

XV – RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

⇒ **Carta precatória.** Recomenda-se que a unidade dedique especial atenção à tramitação das Cartas Precatórias recebidas, atendendo com a necessária agilidade às solicitações, devolvendo-as imediatamente após o seu cumprimento.

⇒ **Conclusão ao juiz.** Recomenda-se que, encerrada a instrução ou recebidos embargos de declaração ou execução, o processo seja levado à conclusão do juiz mediante certidão nos autos e registro no SAPWEB ou PJe, observando a Diretora de Secretaria o prazo de 1 dia previsto no artigo 228 do CPC. Deverá ser mantida rigorosa certificação dos prazos, a cargo da Diretora de Secretaria, sobre os processos em que, após encerrada a instrução, tenha sido assinado prazo para manifestação das partes ou juntada de documentos.

⇒ **Despachos.** Determina-se que o prazo para proferimento dos despachos seja adequado ao que dispõe o artigo 226, I, do CPC.

⇒ **Incidentes processuais.** Recomenda-se ao magistrado que adote as providências necessárias para que seja reduzido, com a maior celeridade possível, o resíduo de Exceções de Pré-Executividade pendentes de solução.

⇒ **Liquidação.** Recomenda-se à unidade empregar seus melhores esforços para a progressiva redução do resíduo de liquidação, de forma a melhorar o desempenho apresentado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

⇒ **Meta 1 de 2017 do Conselho Nacional de Justiça.** Recomenda-se ao juízo atenção à meta de julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

⇒ **Meta 2 de 2017 do Conselho Nacional de Justiça.** Recomenda-se aos gestores que continuem monitorando os processos judiciais mais antigos, adotando medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2015. A listagem dos processos afetos à Meta pode ser acessada no e-Gestão (Relatório de acompanhamento e-Gestão - Vara, aba 12-C).

⇒ **Meta 3 de 2017 do Conselho Nacional de Justiça.** Recomenda-se ao juízo atenção à meta de aumentar o índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais.

⇒ **Meta 5 de 2017 do Conselho Nacional de Justiça.** Recomenda-se ao juízo atenção à meta de baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução do ano corrente.

⇒ **Meta 6 de 2017 do Conselho Nacional de Justiça.** Recomenda-se ao juízo atenção à meta de Identificar e julgar 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau e até 31/12/2015 no 2º grau.

⇒ **Meta 7 de 2017 do Conselho Nacional de Justiça.** Recomenda-se ao juízo atenção à meta de identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

⇒ **Processos para prolação de sentença com prazo vencido.** Tendo em vista o monitoramento mensal de atrasos de juízes, realizado pela Corregedoria Regional, os atrasos aqui constatados serão objeto de posterior verificação e cobrança.

⇒ **Registros dos atos processuais.** Determina-se que as informações constantes no sistema SAPWEB e no PJe retratem, com fidelidade, a movimentação dos autos e os atos processuais praticados, o que deve ser observado pela Secretaria da Vara.

⇒ **Sentenças líquidas.** Recomenda-se que as sentenças proferidas nos processos sumaríssimos sejam líquidas.

⇒ **Sistema SIMBA.** Recomenda-se a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, objetivando a efetividade da execução trabalhista.

⇒ **Taxa de Congestionamento – Fase de Conhecimento.** Recomenda-se que magistrado concentre esforços para que sejam julgados mais processos de conhecimento do que aqueles distribuídos mensalmente, de forma a diminuir a parcela de estoque, reduzindo sua elevada taxa de congestionamento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Corregedoria

XVI – PRAZO PARA INFORMAÇÕES/AVALIAÇÃO

A DINSP, tão logo os dados do e-Gestão do mês de dezembro sejam disponibilizados, avaliará a evolução da unidade e necessidade/oportunidade de realização de Inspeção.

XVII – AGRADECIMENTOS

O Corregedor consigna agradecimentos pelo gentil acolhimento dispensado a ele e à sua equipe e pela colaboração de todos nas atividades.

XVIII – ENCERRAMENTO

O encerramento desta Correição se deu às 14h10min e, para constar, eu, _____, Eduardo Ferreira de Oliveira, Chefe da Divisão de Inspeção, lavro a presente ata por mim rubricada que, lida e achada conforme, vai assinada pelo **Excelentíssimo Senhor JOSÉ NASCIMENTO ARAUJO NETTO, Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, e pelo Excelentíssimo Senhor ANDRE CORRÊA FIGUEIRA, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Itaboraí.**////////////////////////////////////

JOSÉ NASCIMENTO ARAUJO NETTO
Desembargador Corregedor

ANDRE CORRÊA FIGUEIRA
Juiz Titular da Vara do Trabalho de Itaboraí